

0 Ensino da História da África em debate (Uma introdução aos estudos africanos)

Anderson Ribeiro Oliva

Há alguns dias encontrei um professor, colega de trabalho, que retornara de sua primeira visita a uma cidade africana. Ele estivera em Luanda, capital de Angola. Perguntei sobre referências da cidade que ainda carregou frescas em minha memória e de alguns hábitos, comuns a certos grupos de pessoas que habitavam determinados bairros, e que tinha me familiarizado. Seu depoimento foi um misto de inquietação e descontentamento.

Problemas para apanhar e despachar as bagagens no *Aeroporto Internacional 4 de fevereiro*, o trânsito caótico, o sistema de coleta de lixo urbano extremamente falho ou ainda os intermitentes horários de funcionamento de algumas casas de comércio ou órgãos públicos, marcaram seus olhares sobre Angola com os indícios do desprestígio e da incompreensão. Apesar disso o tamanho da cidade o havia impressionado. Já de sua estadia em Johannesburg, na África do Sul, em que pernitoou na volta, sobraram elogios e espantos. Mesmo já tendo escutado depoimentos e visto imagens sobre a cidade ele ficou admirado com seu traçado urbanístico, com o moderno aeroporto e com o hotel de luxo em que ficou. "Nem parecia estar na África", finalizava o colega.



Vista de um avião da companhia angola TAAG na pista do *Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro*, em Luanda.

Exageros em parte dessa postura, podemos perceber que ela encontra elos com as narrativas de viagem de centenas de brasileiros, americanos ou europeus que viajam ou viajaram para a África. Discordo, em parte, de quase todos eles e de seus argumentos.

Parece plausível que, em rápidas passagens por determinadas ruas de várias cidades africanas, alguns ocidentais, se impressionem pelo lixo acumulado nas sarjetas ou pelo trânsito caótico, eles estão lá. O mesmo serve para aqueles que se deparam com as estatísticas e os números de perdas humanas nas guerras, das vítimas de malária e dos contaminados pela Aids, eles também estão lá.

Porém, essas realidades não revelam e nem sintetizam o que é a África, nem seus centros urbanos. Eles são, evidentemente, muito mais do que isso. Os graves problemas

existem, e vão continuar existindo nos próximos anos, mas há, nos passados e presentes africanos, muito mais do que fome, guerra, doença e sujeira. Além disso, é certo afirmar que as realidades descritas pelo colega muito pouco de distingam de alguns bairros e dados estatísticos que encontramos em nossas cidades. Sujeira e violência nunca foram exclusividades, muito menos identificadores das cidades africanas, apesar de parecer que elas, pelos olhares ocidentais muito limitados, deveriam se resumir a estas imagens. Por que então reduzir o outro a isso, enquanto olhamos para os mesmos problemas internos e achamos que são realidades passageiras ou de menor importância na construção de uma identidade positiva sobre nós mesmos?

Refletindo acerca de tão profundo desconhecimento ou sobre essa carga imaginária negativa cheguei a uma conclusão, um tanto óbvia, no esforço de tentar explicar o porquê de existir, em nossas falas cotidianas, tão poucas expectativas ou impressões positivas sobre o continente negro: a África e suas múltiplas experiências históricas não nos foram apresentadas durante nossas trajetórias de vida e formações escolares, a não ser por meio de informações que estavam recheadas de equívocos e simplificações. Quantos de nós estudamos a África quando transitávamos pelos bancos das escolas? Quantos tiveram a disciplina História, Literatura, Arte ou Geografia da África nos cursos de Graduação? Quantos livros ou textos lemos sobre a questão? Tirando as leituras que associam a África e os africanos à escravidão, as breves incursões pelos programas do *National Geographic* ou *Discovery Channel*, ou ainda as imagens chocantes de um mundo africano em agonia, da Aids que se alastra, da fome que esmaga, dos grupos étnicos que se enfrentam *com grande* violência ou dos safáris e animais exóticos, o que sabemos sobre a África?

Para começar a mudar esse quadro de imagens temos que, inicialmente, reconhecer a relevância de estudar a África, independente de qualquer outra motivação. Não é assim que fazemos com a Mesopotâmia, a Grécia, a Roma, com suas civilizações e legados ou ainda a Reforma Religiosa, os Estados Nacionais Europeus, Revoluções Liberais ou as contribuições da Europa Moderna em nossa formação, como nas artes, nas formas de pensamento ou na literatura. Muitos irão reagir à minha afirmação, dizendo que o estudo dos citados assuntos muito explica nossas realidades ou alguns momentos de nossa História ou características atuais. Nada a discordar. Agora, e a África, não nos explica? Não somos (brasileiros) frutos do encontro ou desencontro de diversos grupos étnicos ameríndios, europeus e africanos?

A História da África e a História do Brasil estão mais próximas do que alguns¹ gostariam. Se nos desdobramos para pesquisar e ensinar tantos conteúdos, em um esforço de, algumas vezes, apenas noticiar o passado ou características de algumas escolas de pensamento ou de padrões artísticos, por que não dedicarmos um espaço efetivo para a África em nossos programas ou projetos. Os africanos não foram criados por autogênese nos navios negreiros e nem se limitam em África à simplista e difundida divisão de bantos e sudaneses ou de culturas negro-africanas homogêneas. Devemos conhecer a África não apenas para dar notícias aos alunos,

¹Na realidade não estamos fazendo referência a nenhuma instituição ou grupo de pessoas específico, mas sim ao imaginário coletivo brasileiro, que com poucas exceções, não assume a sua africanidade.

mas internalizá-la neles. Por isso devemos saber responder com boa argumentação às perguntas acima apresentadas. Porém, chega de defesas ou apologias de uma História, e nos concentremos nas "coisas sérias".

O presente texto se propõe realizar uma dupla tarefa: entregar aos nossos leitores uma reflexão sobre a forma como a África tem sido tratada nas salas de aula brasileiras, a partir da análise dos conteúdos destinados à História da África em alguns manuais utilizados em nossas escolas. Conjuntamente a essa tarefa, que talvez se transforme em um manual de releitura dos livros didáticos pelos professores e alunos, também apontaremos como poderia ser a forma correta de abordagem de algumas temáticas visitadas, além de indicaremos referências bibliográficas aos docentes. Esperamos que essa indicação das referências bibliográficas permita o complemento de leituras e uma aproximação mais densa e substancial por parte dos interessados no assunto.

A África ensinada no Brasil

Ao levar em consideração que a frequência ao ensino é obrigatória² no Brasil, no que chamamos de Ensino Fundamental - com duração de nove anos - podemos supor que o material didático produzido e utilizado nas escolas seja um instrumento de grande importância para a construção do conhecimento e na elaboração de referências sobre a História da África e dos africanos. Talvez esse poder seja menor do que o da mídia ou das imagens daquele continente que chegam pela Internet, cinema ou TV e cercam nossos estudantes. Mas, mesmo assim, o estudo da história africana nas salas de aula brasileiras, não deixa de ser uma possibilidade de mudanças nos olhares lançados sobre os africanos e suas histórias.

A partir desse contexto, apresentaremos a seguir análise realizada sobre a forma como alguns dos manuais escolares de História utilizados nas escolas brasileiras abordaram a História da África e representaram, por meio de imagens e textos escritos, os africanos. Com relação ao tratamento concedido a História do continente limitaremos o esforço analítico aos trechos que se referem ao período anterior ao século XIX, já que, sobre esse recorte da história africana é ainda maior o silêncio. Esperamos que seja uma boa contribuição inicial para tão importante debate.

Os africanos dentro dos manuais escolares de História

Silêncio, desconhecimento e poucas experiências positivas. Poderíamos assim definir o entendimento e a abordagem da história africana nas coleções de livros didáticos brasileiros. Apenas um número muito pequeno de manuais possui capítulos específicos sobre a temática. Nas outras obras, a África aparece apenas como um figurante que passa despercebido em cena, sendo mencionada como um apêndice misterioso e pouco interessante de outros assuntos. Tornou-se evidente também que, quando o silêncio foi quebrado, a bibliografia limitada e o distanciamento do tema por parte dos autores, criaram obstáculos significativos para uma leitura mais atenta e um tratamento mais pontual sobre a questão.

Antes de maiores reflexões sobre nosso objeto³, que se registre um elogio. Dentro

² Nos anos noventa esta obrigatoriedade foi sendo aos poucos efetivada em números reais. Os índices de alunos matriculados no Ensino Fundamental correspondem à grande parte da população em idade escolar no país.

de um total de mais de trinta coleções de História destinadas para o Ensino Fundamental apenas oito⁴, dedicam o espaço exclusivo de um capítulo para tratar a história do continente africano anterior ao século XIX, e outras duas, reservam tópicos extensos para tratar à temática. Nas outras, quase sempre, a África aparece em óbvias passagens da História do Brasil, da América ou da Europa, ligadas à escravidão, à expansão ultramarina, ao domínio colonial no século XIX, ao processo de independência e às graves crises sociais, étnicas, econômicas e políticas em que mergulhou grande parte dos países africanos formados no século XX.

Nos textos em enfoque, por razões que talvez espelhem a pequena intimidade com a bibliografia especializada em História da África e as circunstâncias específicas da elaboração de um livro didático, as imprecisões e equívocos acabam por predominar. Isso não exclui algumas boas reflexões realizadas pelos autores ou ainda abordagens adequadas dos conteúdos apresentados. No entanto, os livros, quase sempre, são marcados mais pelos desacertos do que pelos acertos. Façamos um breve balanço desses pontos, lembrando que eles não são comuns a todos os livros, mas sim fruto de um panorama geral desses manuais. Como estratégia de apresentação dividimos os aspectos analisados em tópicos, nos quais associamos as visões dos autores acerca de determinados conteúdos ou temáticas.

Poucas palavras para muitas Histórias

Um primeiro problema a destacar pode ser identificado com uma simples passada de olhos pelos índices dos manuais. Se elogiamos a disposição dos autores em conceder à África um capítulo específico, é inversamente sintomático o espaço reservado a tal tarefa. Existe clara tendência entre os volumes analisados - com exceção de dois livros - de dedicar um número significativamente menor de páginas ao tratar a África, concentrando suas abordagens em uma versão eurocêntrica da História.

Por exemplo, enquanto os capítulos que tratam de temas como Europa Medieval, Absolutismo Monárquico, Reforma Religiosa e Renascimento Cultural ocupam em média de 15 a 20 páginas e vasta bibliografia, à História da África, na maioria dos casos, reserva-se algo entre 10 a 15 páginas (ver gráfico 1), e com uma literatura de apoio restrita. Por falta de conhecimento ou de interesse percebe-se um grande desequilíbrio ao se abordar a história da Europa e da África.

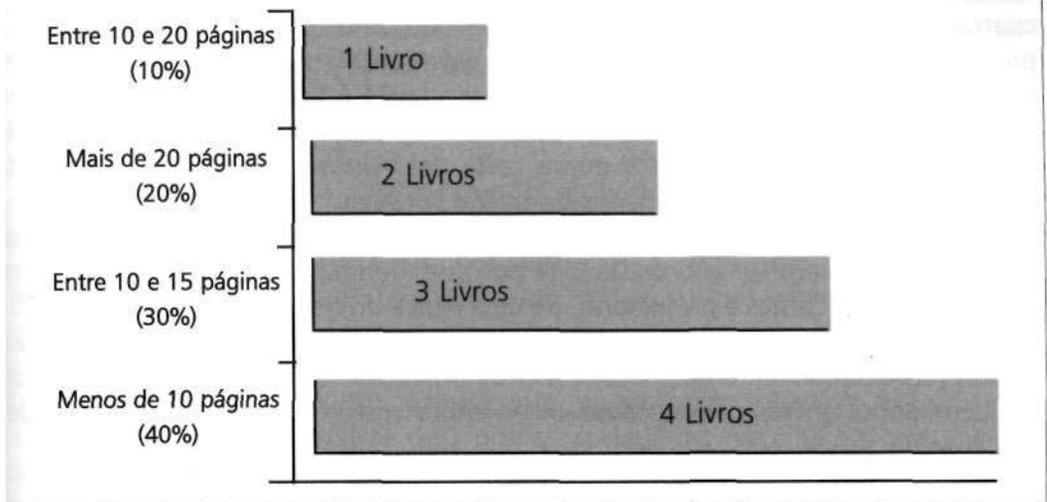
É claro que não estamos tomando como referência exclusiva o valor quantitativo da questão, mas também qualitativo. Parece-nos óbvio que, tratar a história africana - abordando um período equivalente a pelo menos mil anos e englobando o complexo e diverso quadro das sociedades e civilizações do continente - em dez ou quinze páginas é algo que só se torna possível com extremas simplificações e generalizações.

Frisamos que a expectativa sobre a abordagem escolar da história da África não

³ Pesquisa apresentada na tese de doutorado defendida em 2007 junto programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (UnB) - *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da História da África no Mundo Atlântico (1990-2005)*. Na tese tenciono fazer a análise acima citada em manuais didáticos de História produzidos a partir de 1990 - utilizados nas escolas brasileiras e portuguesas. Ver também meu artigo intitulado *A África nos bancos escolares: Representações e imprecisões na literatura didática*, presente na bibliografia.

⁴ Ver lista na bibliografia.

Gráfico 1. Número de páginas dedicadas à temática
Escala por números de livros



Fonte: levantamento efetuado pelo autor

se encerra na ilusória idéia de que todas as sociedades africanas tenham que ser mencionadas ou abordadas. Parece evidente também que qualquer assunto tratado em sala de aula ou em um livro didático é escolhido a partir de alguns critérios eleitos pelos autores, editoras, Estado - currículos - estudantes e professores. Assim como a forma de abordar o tema nunca vai deixar de ser uma leitura parcial, um recorte um tanto arbitrário das experiências enfocadas. Mas o que não é justificável, pelo menos em nosso entendimento, é o pequeno espaço concedido ao estudo da história da África.

A África só dos grandes "Reinos" e "Impérios"?

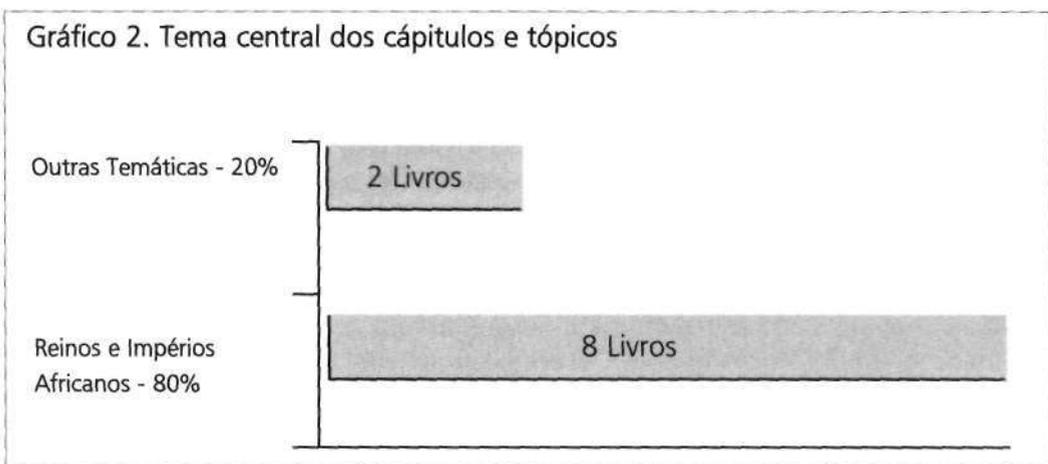
Outro elemento comum aparece quando os autores apresentam as sociedades africanas que serão estudadas. Eles, quase sempre, utilizam uma difundida idéia entre os historiadores pertencentes à chamada corrente da "Superioridade Africana"⁵ de que seria fundamental estudar as grandes civilizações encontradas na África. Porém, esse grupo de pesquisadores e intelectuais, no período próximo - anterior e posterior- às independências, utilizou padrões ou modelos europeus para afirmar ao mundo e aos próprios africanos que a História do continente negro possuía elementos sofisticados e formas de organização avançadas e que deveriam ser estudadas.

Neste sentido encontrar os grandes "impérios" e "reinos", as grandes construções

⁵ O historiador guineense Carlos Lopes organizou uma classificação para a historiografia africana na qual ela pode ser pensada em três correntes: a corrente da Inferioridade Africana; a corrente da Superioridade Africana; e os novos estudos africanos. Com relação à corrente da Superioridade Africana uma de suas principais características era supervalorizar o continente, utilizando categorias européias no estudo de antigas civilizações africanas, buscando igualar os feitos históricos africanos aos europeus. Ver LOPES, Carlos. *A Pirâmide invertida: historiografia africana feita por africanos*.

e as esplendorosas obras de arte, se tornou, portanto, quase que uma obsessão⁶. Porém, já faz algum tempo que as novas historiografias africanas vêm alertando para o fato de que a África é uma região de grande autonomia, de imensa capacidade criativa e de fecunda participação na história da humanidade, e de que não seria preciso eleger sempre referências européias para sua afirmação. Porém, os autores dos manuais parecem desconhecer essa crítica, pois é justamente esse o critério adotado em oito⁷ dos dez livros para selecionar o que será estudado sobre a História da África. Por isso a presença é quase certa dos reinos de Gana, do Kongo, da Etiópia, do Zimbábue e dos impérios do Mali e Songhai.

A princípio não temos nada contra a citação ou estudo dessas formações políticas, elas devem ser abordadas. Até por que, de fato, permitem a intimização, por parte de estudantes e professores, de uma África diversa, rica e fascinante. O que incomoda é sua supervalorização ou enfoque exclusivo, e não a sua presença quase sempre obrigatória. Tal ênfase ocorre em detrimento à outros contextos históricos também importantes, o que causa uma leitura distorcida de certas sociedades africanas.



Fonte: levantamento efetuado pelo autor

Fonte: levantamento efetuado pelo autor

Parece também que a ênfase na abordagem da África Ocidental, encontrada em boa parte dos manuais, se confunde com a perspectiva de que a existência dos "grandes reinos e impérios" ocorreu em maior número naquela região. Dessa forma o "resto" da África, não recebe a mesma atenção, parecendo que suas sociedades seriam menos interessantes.

⁶ Sobre a questão ver os trabalhos de Philip Curtin - Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e contribuição à história em geral - e Manuel Difuila - Historiografia da História de África.

⁷ Para informações e pesquisas mais completas acerca dessas formações políticas ver os seguintes estudos: BIRMINGHAM, David, A África Central até 1870; COSTA E SILVA, Alberto, A Enxada e a Lança. A África antes dos portugueses; KI-ZERBO, Joseph, História da África Negra; M' BOKOLO, Elikia, África Negra História e Civilizações, até ao Século XVIII; NIANE, D. T. (org.), História Geral da África, vol. IV: África entre os séculos XII e XVI; OLIVER, Roland, A Experiência Africana e FAGE, J. D. e OLIVER, Roland. Breve História da África.

O vinho feito de palmeira era muito apreciado, embora fizesse muito mal à saúde quando bebido exageradamente. O guerreiro bêbado era fácil de ser derrotado, o sábio bêbado não passava de tolo.⁸

Apesar desses aspectos, um ponto positivo pode ser destacado do esforço dos textos **em** descrever a concentração dos grandes reinos e impérios africanos na África Ocidental. Ao abordarem, por exemplo, a relevância da metalurgia, o domínio da grande agricultura e o circuito comercial que envolvia as atividades econômicas entre as sociedades africanas dali com as de outras regiões, eles permitem a aproximação imaginária dos alunos com parte da cultura material desses povos. Outro acerto comumente encontrado refere-se ao destaque concedido ao perfil comercial de algumas sociedades na área⁹. A presença de caravaneiros árabes e africanos envolvidos nos negócios é, muitas vezes, corretamente apresentada. Ao mesmo tempo, a referência à alguns importantes centros urbanos do período como Tombuctu, Gao ou Djenné, com seus grupos de comerciantes ou artesãos, permite aos estudantes perceberem a ativa participação dos africanos nas atividades mercantis/intelectuais/culturais desenvolvidas naquela parte do continente.

Os comerciantes habitavam uma cidade próxima e negociavam com os árabes do Norte da África, comprando tecidos, sal e cobre.¹⁰

Já outro reino africano citado com frequência é o da Etiópia. A ênfase das informações concentra-se na idéia de que ele foi um grande reino cristão cravado em meio às sociedades islamizadas. Sua sobrevivência teria sido possível, segundo alguns autores, devido "à aliança entre os governantes locais e os poderosos líderes religiosos". Sendo assim, "em troca da construção de enormes igrejas de pedra e da doação de terras, os líderes religiosos apoiavam as guerras contra os islamitas"¹¹. Parece um tanto limitante encerrar toda a importância ou história da Etiópia em um dado: ela ser cristã. E suas outras faces e características?

Que fique claro que não negamos a importância das abordagens dessas regiões ou formações políticas africanas. Elas de fato possibilitam a construção de novos

⁸SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 6º ano, p. 181.

⁹O comércio foi uma característica econômica comum a várias regiões na África, não ficando limitada a citada área da África Ocidental. Tanto na África Central, com um comércio intra-africano até o século XV, como na parte Oriental do continente - com grande influência e participação do mundo árabe - as atividades mercantis foram comuns.

¹⁰SCHMIDT, Mário. *Nova História Crítica*, 6º ano. p. 178.

¹¹DREQUER, Ricardo e Toledo, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*, 7ª. p. 58.

referenciais imagéticas e conceituais sobre a África. Porém, a idéia transmitida **po** esse enfoque parece reforçar a perspectiva de que os "pequenos" grupos não possuem relevância alguma. Ou ainda diante da impossibilidade de atentar para a <diversas sociedades que se espalham pelo continente, a seleção **ocorre** espelhando-se na História da Europa: o estudo das grandes civilizações ou reinos! Não ignoramos a existência na África de organizações políticas ou sociais, com semelhanças às européias ou americanas, mas é preciso que se demonstre e enfatize suas singularidades e especificidades. Porém, esse importante debate sobre o sentido ou significado das categorias como "reino" ou "império" para estas sociedades africanas não ocorre. Esses conceitos são empregados e apresentados como se possuíssem o mesmo valor explicativo utilizado na compreensão das realidades européias.

É muito provável que tal descaso confunda as referências adotadas ou construídas pelos alunos sobre a história africana. A utilização de modelos ou categorias europeus é de fato uma ação comum e pouco didática por parte dos autores.

Em contra partida, como aspecto extremamente adequado, destacamos as tentativas realizadas por alguns livros de informar aos alunos a maneira como a História da África Ocidental foi reconstruída a partir do uso das fontes escritas árabes e européias e das fontes orais africanas.

No caso da história dos impérios africanos dos séculos XI a XV, os historiadores encontram histórias orais transmitidas j de geração em geração até os dias de hoje.¹²

A escravidão na África e o tráfico de africanos escravizados

A "escravidão" em debate

Ao analisar os efeitos da escravidão e do tráfico negreiro nas populações africanas os livros didáticos, com raras exceções, revelam um grande descompasso com as novas pesquisas historiográficas acerca da temática. Sobre as referências dos diferentes usos, sentidos e concepções da escravidão na África e na América e das motivações econômicas que alimentaram o tráfico negreiro, algumas posturas incomodam.

Primeiro, poucos autores fazem alusão explicativa à escravidão tradicional africana - aquela existente antes da chegada dos europeus ou árabes -, como se a escravidão fosse uma invenção estrangeira naquele continente. Sabendo das profundas diferenças entre a escravidão praticada pelos africanos, e aquela utilizada sob influência dos árabes ou europeus, seria fundamental um comentário sobre o tema. Em alguns textos isso ocorre parcialmente.

¹²Idem, ibidem, p. 63.

referenciais imagéticas e conceituais sobre a África. Porém, a idéia transmitida por esse enfoque parece reforçar a perspectiva de que os "pequenos" grupos não possuem relevância alguma. Ou ainda diante da impossibilidade de atentar para as diversas sociedades que se espalham pelo continente, a seleção ocorreu espelhando-se na História da Europa: o estudo das grandes civilizações ou reinos. Não ignoramos a existência na África de organizações políticas ou sociais, com semelhanças às européias ou americanas, mas é preciso que se demonstre e enfatize suas singularidades e especificidades. Porém, esse importante debate sobre o sentido ou significado das categorias como "reino" ou "império" para estas sociedades africanas não ocorre. Esses conceitos são empregados e apresentados como se possuíssem o mesmo valor explicativo utilizado na compreensão das realidades européias.

É muito provável que tal descaso confunda as referências adotadas ou construídas pelos alunos sobre a história africana. A utilização de modelos ou categorias europeus é de fato uma *ação* comum e pouco didática por parte dos autores.

Em contra partida, como aspecto extremamente adequado, destacamos as tentativas realizadas por alguns livros de informar aos alunos a maneira como a História da África Ocidental foi reconstruída a partir do uso das fontes escritas árabes e européias e das fontes orais africanas.

No caso da história dos impérios africanos dos séculos XI a XV, os historiadores encontram histórias orais transmitidas de geração em geração até os dias de hoje."

A escravidão na África e o tráfico de africanos escravizados

A "escravidão" em debate

Ao analisar os efeitos da escravidão e do tráfico negreiro nas populações africanas os livros didáticos, com raras exceções, revelam um grande descompasso com as novas pesquisas historiográficas acerca da temática. Sobre as referências dos diferentes usos, sentidos e concepções da escravidão na África e na América e das motivações econômicas que alimentaram o tráfico negreiro, algumas posturas incomodam.

Primeiro, poucos autores fazem alusão explicativa à escravidão tradicional africana - aquela existente antes da chegada dos europeus ou árabes -, como se a escravidão fosse uma invenção estrangeira naquele continente. Sabendo das profundas diferenças entre a escravidão praticada pelos africanos, e aquela utilizada sob influência dos árabes ou europeus, seria fundamental um comentário sobre o tema. Em alguns textos isso ocorre parcialmente.

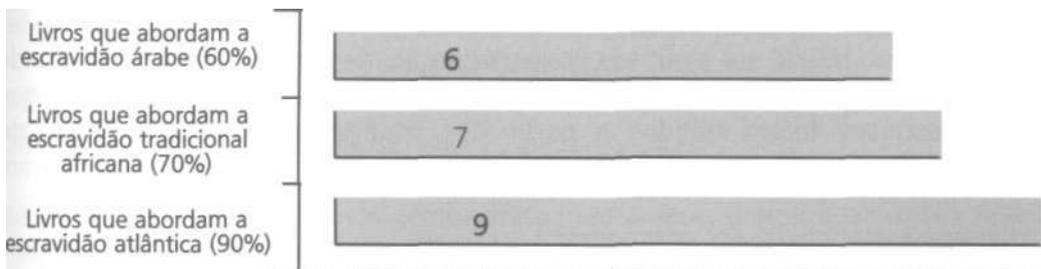
Outra forma de escravização consistia em uma prática antiga entre os africanos: os vencedores de uma guerra tinham o direito de levar parte dos derrotados para trabalhar em sua terra. Contudo, o escravo levava uma vida parecida com a dos trabalhadores livres: trabalhava lado a lado com eles, mantinha suas tradições e muitas vezes alcançava a liberdade ao lutar junto com os guerreiros da tribo.¹³

Porém, em outros, as narrativas estão recobertas de imprecisões e equívocos, como, por exemplo, quando o assunto tratado envolve a abordagem da escravidão e do tráfico praticado pelas sociedades islâmicas, marcados por um intenso fluxo e grande quantidade de indivíduos escravizados.

A escravidão não era novidade na África. Desde o século XI os árabes adquiriam escravos africanos. Mas os árabes tinham poucos escravos e geralmente os filhos dos escravos já eram quase livres.¹⁴

É evidente que existem outras faces, não tão amistosas, da escravidão praticada na região e que são ignoradas ou omitidas pelos autores. Trabalhos de historiadores reconhecidos na temática como John Thornton e Paul Lovejoy revelaram há **um** bom tempo a existência de castigos, castrações, comercialização e sacrifícios envolvendo os usos da escravidão na África, principalmente nas sociedades islamizadas e no tráfico saariano. Ao mesmo tempo quase nada é dito sobre as características e especificidades da chamada escravidão doméstica ou de linhagem e parentesco, concentrando as informações acerca da escravidão atlântica, ou seja, aquela que envolveu o tráfico e o uso de africanos escravizados nas Américas¹⁵.

Gráfico 3. Abordagens sobre a escravidão na África



Fonte: levantamento efetuado pelo autor

¹³DREGUER, Ricardo e Toledo, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*, 7ª p. 59.

¹⁴SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 6º ano. p. 180.

¹⁵Sobre o assunto ver os seguintes trabalhos presentes na bibliografia: MANNING, Patrick, *Escravidão e mudança Social na África*; THORNTON, John, *A África e os africanos na Formação do Mundo Atlântico*; e COSTA e SILVA, Alberto da, *A manilha e o Libambo*.

Segundo, ao tentar situar o aluno perante as relações das práticas materiais com as mentalidades de certo período, algumas análises se revestem de um perigoso anacronismo. Ao afirmarem que mesmo sendo apoiada pela Igreja, governos, comerciantes, políticos, fazendeiros e pela mentalidade da época, a escravidão foi de alguma forma injusta em sua própria essência, os livros - que adotam tal postura explicativa - perdem os limites temporais e os critérios do relativismo, fazendo com que o aluno visualize uma história na qual, todos devem ter como valores e referências de vida os padrões ocidentais atuais¹⁶.

Além das necessidades econômicas, existia a mentalidade da época. A escravidão não era escandalosa como é hoje. Até mesmo os padres tiveram escravos. Já pensou se alguém disser que temos de aceitar as injustiças sociais de hoje porque no futuro alguém vai falar que no nosso tempo 'as injustiças eram normais?'¹⁷

Ao exigir da Igreja Católica do período uma postura contrária a que historicamente manteve o autor desconsiderou as perspectivas teológicas e temporais do catolicismo. A idéia de que a Igreja foi omissa ou permissiva não condiz com as práticas e posturas do Vaticano à época, são reflexões que encontram eco apenas a partir dos olhares contemporâneos¹⁸. Não podemos esquecer que os elementos que embasaram as bulas papais, que autorizavam os reis portugueses a escravizar eternamente os muçulmanos, os pagãos e os africanos negros, foram retirados de um imaginário maior, no qual o negro e os infiéis eram tipificados como inferiores aos homens da cristandade européia¹⁹. Não estamos justificando a postura de nenhuma instituição e nem negando a dramaticidade dos eventos envolvendo o tráfico de pessoas pelo Atlântico. O único incômodo é a iniciativa de julgar e emitir juízos de valor sobre fatos e contextos que se constituem em sua essência temporal e definidora com bases diversas das vivenciadas por estudantes e professores.

De forma parecida, quase não existem menções aos africanos traficantes ou as formas de escravização usadas na África. Para boa parte dos autores, somente os comerciantes portugueses, espanhóis, ingleses e brasileiros fizeram parte das redes de lucro oriundas de tal atividade. A participação de africanos no comércio de homens é, apesar das positivas exceções, ignorada, a não ser pela perspectiva de que muitos escravos foram obtidos a partir dos conflitos entre grupos rivais do continente. Soma-se a esse quadro o uso pouco adequado de imagens que ilustram

¹⁶ Parece óbvio que pensar a escravidão a partir dos valores e concepções de mundo influenciadas pelas ideologias e posturas humanitárias que marcaram a segunda metade do último século, exige a rejeição e o combate da sua existência nos dias de hoje, ou mesmo no passado. Porém, isso é uma visão do presente. O conjunto de idéias, valores e interesses daquela época eram outros e não eram homogêneos. Mesmo que a violência fosse marca certa desse processo, ele era justificado para os homens do período, inclusive alguns africanos.

¹⁷ SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 6º ano. p. 213.

¹⁸ Alertamos que, não estamos desconsiderando os esforços de alguns missionários, religiosos ou teólogos contrários à escravidão. Apenas evidenciamos o debate político, diplomático e religioso de esferas hierárquicas maiores acerca da questão ou que se tornaram características gerais da Igreja.

¹⁹ Acerca da questão, ver o trabalho de Carlos Lopes. *A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos*.

os africanos e escravos no Brasil em condição de submissão e de punição. Nelas é reproduzido o estereótipo do africano passivo e sofredor.

Nos manuais em que a África não recebe uma abordagem específica um dos maiores equívocos encontrados é de se referir à sua história apenas a partir do tráfico de escravos. É como se o continente não tivesse uma trajetória histórica anterior à escravidão atlântica. Alguns autores dos manuais analisados aqui chamam a atenção para a influência dessa referência na elaboração do imaginário cheio de estereótipos compartilhado pela grande maioria de nossos alunos e professores acerca dos africanos.

Em geral, quando no Brasil e na América falamos em África, todos se lembram logo da escravidão e exploração impostas aos africanos pelos europeus. É como se a história da África estivesse sempre presa à história dos povos dominadores.²⁰

Entre diversidades e simplificações

Uma das principais estratégias para desconstruir alguns dos estereótipos que simplificam ou inferiorizam os africanos aos olhares ocidentais é revelar aos alunos que abaixo do Saara não existiram apenas dois grandes grupos humanos: os bantos e os sudaneses. Ao longo da História da África, inclusive nos dias atuais, podemos encontrar centenas de grupos étnicos e diversas formas de organização política-social-cultural-econômicas no continente. Essa profunda diversidade é uma das faces mais vivas e características da África

No começo dos capítulos quase todos os autores alertam, de forma bastante pontual, para essa diversidade cultural que teria caracterizado os povos africanos, assim como para o fato de que a grande civilização egípcia ser, antes de qualquer outra "coisa", africana. Esses argumentos serviriam para desconstruir as idéias equivocadas transmitidas pelo ensino da História e preservada no imaginário comum de uma África homogênea e simplista.

A África é um imenso continente, ocupado por muitos povos que apresentam uma grande diversidade cultural. Tal diversidade resulta dos diferentes processos históricos vividos pelos habitantes de cada região na África.²¹

Uma África ocupada por tribos?

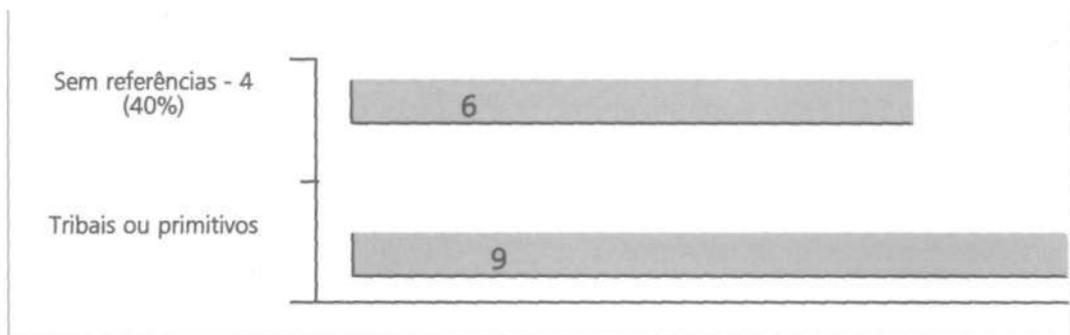
Com relação à maneira de denominar ou identificar as sociedades africanas o uso de alguns termos ou conceitos demonstram muitas vezes o despreparo dos autores. Por exemplo, o conceito de *tribo*, utilizado por seis dos dez manuais (ver gráfico 4), parece ser por demais impreciso para se referir as sociedades do continente. Existe já, há algum tempo, um intenso debate acerca das marcas ou interdições da utilização dessa categoria.

²⁰MACEDO, José Rivair e OLIVEIRA, Mariley W. *Brasil: uma história em construção*, p.195.

²¹DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*, 7^a. p.56.

Diante do grande suporte que as pesquisas antropológicas e históricas já deram sobre o assunto, acredito que insistir nessa forma de se referir às sociedades da África não encontra mais justificativa²². Porém, a referência às sociedades africanas como tribais é freqüente. Parece existir uma continuidade de idéias com os mitos ou teorias que defendiam a suposta inferioridade dos povos africanos, já que tribo aparece, nestes casos, com o significado oposto ao de civilização. A utilização da categoria *tribo* também é recorrente para designar as sociedades dominadas pelos impérios. Será que existe nesta relação alguma intenção de interiorizar os pequenos grupos? Em nenhum livro encontramos algum tipo de aparte explicativo sobre o significado, trajetória e ajustes que devem cercar a aplicação desse conceito.

Gráfico 4. Associação das sociedades africanas aos conceitos de Tri ba /Pri m itivo/Selvagem



Fonte: levantamento efetuado pelo autor

O uso de alguns outros termos ou conceitos como de *nação* ou de país também são recorrentes, e também estão encobertos de imprecisão. Fica evidente que os autores encontram dificuldades em tratar os **grupos étnicos** africanos, e confundem ainda mais os alunos ao usarem termos ou definições que se ajustam mais especificamente a outros contextos históricos do que ao africano, pelo menos até o início do século XX. Não que não possam ser aplicados no entendimento da África, mas, se utilizados, devem ser contextualizados. Neste caso o uso de termos como *grupo étnico*, *sociedades* ou *povos* parece ser mais didática e conceitualmente mais acertado.

As cosmologias africanas esquecidas

Outra falha encontrada em alguns textos é a pequena atenção dedicada às concepções cosmológicas²³ das sociedades africanas. Em poucos momentos os livros

Ver os seguintes trabalhos, SOUTHALL, Aidan. *The illusion of the tribe*. p. 38-51; DAVIDSON, Basil, *The search for Africa*, p.141-145; e de TRAJAMO FILHO, Wilson, *Uma experiência singular de crioulização*. p. 6-8.

Ao nos referirmos em África ao que no Ocidente entendemos por religião utilizaremos o termo Cosmologia. Na verdade o termo procura condensar a idéia de uma estrutura de pensamento que articula as relações entre as esferas do físico e do metafísico de forma muito mais intimista e complexa do que no caso ocidental. As relações com as forças invisíveis, com os antepassados, com as normas de funcionamento das sociedades e do cosmos, se confundem nessa dinâmica perspectiva relacional.

atentam para uma abordagem explicativa da relação entre as diferentes percepções e definições daquilo que os ocidentais chamam de Religião para as elaborações africanas sobre a questão. A literatura existente sobre o pensamento tradicional religioso africano oferece um rico subsídio para este debate, em minha opinião, fundamental para relativizar o universo africano e demonstrar como suas estruturas de explicação das relações sociais e da vida são diferentes das ocidentais²⁴.

Devido à polêmica que normalmente envolve o assunto nas salas de aula ele deveria ter presença obrigatória nos textos didáticos. Porém, o **tema** recebe apenas uns poucos parágrafos de atenção, em apenas alguns poucos livros.

(...) uma parte importante dos africanos acreditava num único Deus: eles se tornaram muçulmanos (...) Muitos povos africanos desenvolviam o culto aos antepassados. Os parentes mortos eram adorados como deuses por seus familiares, que acreditavam que os espíritos podiam ajudar ou perturbar o cotidiano dos vivos. Por isso, era comum jogar-se um pouco de bebida na terra para que o espírito do parente morto pudesse beber e se alegrar.²⁵

Assim, apesar da forte pressão dos imperadores, nobres e grandes mercadores a favor da adesão ao islamismo, a maioria da população do império continuava mantendo suas práticas religiosas, como a adoração aos deuses da natureza.²⁶

Sobre essas passagens fica uma inquietante dúvida: que parte importante dos africanos era monoteísta? E esse é o único elemento que possibilitou a conversão ao islamismo? Acreditamos que estas idéias estejam erradas. Mais do que isso o que se percebe é a extrema simplificação e superficialidade ao se tratar das cosmologias africanas. Em certos trechos se empresta a todo universo africano algumas práticas, que se ocorriam em certas regiões do continente possuíam significados singulares e complexos, em outros, as complexas estruturas do pensamento africano ficam resumidas a estereótipos. Não podemos ignorar o fato de que o fenômeno religioso em África não tem as mesmas bases do que o Ocidental. Por isso, para os povos da região seria mais adequado usar o termo cosmologia e não religião. Além disso, é difícil aceitar que as complexas estruturas dos pensamentos cosmológicos africanos sejam resumidas pela idéia deles serem "adoradores de deuses da natureza".

Os africanos islamizados e o islã africanizado.

No tópico responsável pela abordagem das múltiplas relações, presenças e apropriações do islamismo com as sociedades africanas percebemos um movimento

Acerca da questão das cosmologias africanas.ver a obra de APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Ver SCHMIDT, Mario. *Nova História Crítica*, 6º ano. p. 182-183.
DREGUER, Ricardo e TOLEDO, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades*, 7ª. p. 61.

explicativo comum entre os livros e impreciso historicamente. Poderíamos falar em uma espécie de etnocentrismo árabe, a nortear essas análises. As ações históricas ocorridas na África do Norte, Ocidental e Oriental se tornam exclusividades dos grupos árabes muçulmanos que percorrem a região, restando aos africanos uma postura passiva perante o outro.

As influências do islamismo e a própria islamização de algumas sociedades africanas são mencionadas, porém alguns aspectos são negligenciados ou citados de forma um tanto confusa. Um desses pontos é a idéia de que a conversão ao islamismo atingiu a todos os membros das sociedades em contato com os mercadores árabes ou dos estados islâmicos em expansão de forma quase instantânea. As estratégias de conversão das elites comerciais ou governamentais e a posterior e gradual conversão da população são fenômenos apenas parcialmente mencionados.

Apesar de manterem diversas práticas tradicionais, converteram-se ao islamismo, absorvendo muitos aspectos da cultura islâmica(...) A adoção dos mesmos elementos utilizados por seus parceiros comerciais possibilitava maior controle sobre as relações comerciais, evitando-se prejuízos.²⁷

Outro descuido é não mencionar a apropriação e influências dos africanos sobre o islamismo praticado na África. Seria correto afirmar que o Islã foi muitas vezes africanizado. Na arquitetura, nas formas teocráticas, nas interpretações alcorânicas, na convivência com as concepções cosmológicas locais, existiu uma participação ativa das sociedades da região sobre o Islã. Porém, a idéia mais repetida, inclusive nas imagens, é a da islamização dos africanos.

Outros pontos positivos e elogios

No uso das imagens, alguns autores parecem se sair um pouco melhor, apesar de algumas citações e fontes estarem imprecisas ou ausentes. A apresentação de mapas, que fogem das representações cartográficas tradicionais dos manuais, e de imagens de mesquitas em Mopti e Djenee e da cidade de Tombuctu e do Grande Zimbábue, assim como de esculturas feitas pelos africanos são importantes instrumentos na apresentação das formas arquitetônicas, das religiosidades, artes e filosofias africanas.

Alguns autores, em válida iniciativa, chamam a atenção dos alunos para as representações elaboradas pelos africanos sobre os europeus, como algumas imagens feitas por uma sociedade do Golfo da Guiné em seus contatos com os portugueses nos séculos XV e XVI, revelando a postura mercantil e bélica dos europeus no continente africano. Alertar para as representações feitas dos europeus pelos diversos grupos africanos é um exercício fecundo para que os alunos passem a

explicativo comum entre os livros e impreciso historicamente. Poderíamos falar em uma espécie de etnocentrismo árabe, a nortear essas análises. As ações históricas ocorridas na África do Norte, Ocidental e Oriental se tornam exclusividades dos grupos árabes muçulmanos que percorrem a região, restando aos africanos uma postura passiva perante o outro.

As influências do islamismo e a própria islamização de algumas sociedades africanas são mencionadas, porém alguns aspectos são negligenciados ou citados de forma um tanto confusa. Um desses pontos é a idéia de que a conversão ao islamismo atingiu a todos os membros das sociedades em contato com os mercadores árabes ou dos estados islâmicos em expansão de forma quase instantânea. As estratégias de conversão das elites comerciais ou governamentais e a posterior e gradual conversão da população são fenômenos apenas parcialmente mencionados.

Apesar de manterem diversas práticas tradicionais, converteram-se ao islamismo, absorvendo muitos aspectos da cultura islâmica(...) A adoção dos mesmos elementos utilizados por seus parceiros comerciais possibilitava maior controle sobre as relações comerciais, evitando-se prejuízos.²⁷

Outro descuido é não mencionar a apropriação e influências dos africanos sobre o islamismo praticado na África. Seria correto afirmar que o Islã foi muitas vezes africanizado. Na arquitetura, nas formas teocráticas, nas interpretações alcorânicas, na convivência com as concepções cosmológicas locais, existiu uma participação ativa das sociedades da região sobre o Islã. Porém, a idéia mais repetida, inclusive nas imagens, é a da islamização dos africanos.

Outros pontos positivos e elogios

No uso das imagens, alguns autores parecem se sair um pouco melhor, apesar de algumas citações e fontes estarem imprecisas ou ausentes. A apresentação de mapas, que fogem das representações cartográficas tradicionais dos manuais, e de imagens de mesquitas em Mopti e Djenee e da cidade de Tombuctu e do Grande Zimbábue, assim como de esculturas feitas pelos africanos são importantes instrumentos na apresentação das formas arquitetônicas, das religiosidades, artes e filosofias africanas.

Alguns autores, em válida iniciativa, chamam a atenção dos alunos para as representações elaboradas pelos africanos sobre os europeus, como algumas imagens feitas por uma sociedade do Golfo da Guiné em seus contatos com os portugueses nos séculos XV e XVI, revelando a postura mercantil e bélica dos europeus no continente africano. Alertar para as representações feitas dos europeus pelos diversos grupos africanos é um exercício fecundo para que os alunos passem a

reconhecer a participação ativa e a autonomia das sociedades africanas perante as relações estabelecidas com outras sociedades.

Normalmente o que encontramos é a reprodução das imagens elaboradas pelos europeus sobre os africanos, nas quais percebemos a mudança de suas fisionomias, de seus gestos, roupas e comportamentos, que são europeizadas.

A Historiografia consultada

Com relação à utilização das pesquisas realizadas pelas historiografias africana e africanista, as bibliografias citadas, apesar de conterem nomes e obras importantes, são ainda bastante restritas se comparadas à difusão de estudos e pesquisas que a História da África passou nos últimos vinte anos. A presença dos trabalhos de Basil Davidson, Roland Oliver e Joseph Ki-Zerbo demonstra o contato com a vertente de estudos efetuados até a década de 1970. Já a citação da obra de Alberto da Costa e Silva revela o contato com estudos mais recentes, porém, essas referências são ainda insuficientes.

O distanciamento com as novas investigações acerca da história do continente não mais se justifica. Nos últimos anos, a ação de um grupo considerável de pesquisadores brasileiros tem contribuído para minimizar o descaso com os estudos africanos no país. Congressos³¹, publicações e centros de pesquisa têm tentado estender os estudos sobre o passado africano. Destacaram-se, nessa tarefa, três centros de estudos. O mais antigo deles é o Centro de Estudos Afro-Orientais (Ceao), da Universidade Federal da Bahia, criado no final dos anos 1950. Sob sua tutela, é publicada a revista *Afro-Ásia*. Nas décadas seguintes, surgiam mais dois importantes centros: o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (1973), na Universidade Cândido Mendes, no Rio de Janeiro, e o Centro de Estudos Africanos (1978), da USP. Ambos também são responsáveis pela manutenção de importantes revistas, como a *Estudos Afro-Asiáticos* e a *África*, respectivamente.

Nesse mesmo tempo, pesquisadores têm conquistado um espaço cada vez maior no cenário historiográfico internacional e nacional. Para evitar a repetição excessiva de nomes e títulos, serão mencionados apenas aqueles que são, para os estudos africanos realizados a partir do Brasil, indispensáveis e possuem publicações acessíveis ao público brasileiro. É claro que, devido a um descuido imperdoável, alguns nomes não serão citados. Isso ocorre não por demérito, mas sim pela existência de um dado positivo: o aumento do número de pesquisas impossibilita reunir todas em um só texto. Citemos, portanto, os trabalhos agregados em algumas áreas temáticas.

Acerca do tráfico de escravos dois trabalhos são fundamentais: o de Paul Lovejoy - *A escravidão na África: uma história de suas transformações* - e o de John Thornton - *A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico, 1400-1800*. Sobre regiões específicas da África, como o reino do Kongo, do Ndongo, na África Central Ocidental, existem os trabalhos de Joseph Mil ler - *Poder político e parentesco: antigos estados mbundu em Angola* -, de David Birmingham - *A África Central até 1870* - e de Selma Pantoja - *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Sobre Angola contemporânea, as reflexões de Marcelo Bittencourt - *Dos jornais às armas:*

trajectórias da contestação angolana - são importantes. Enfocando Cabo Verde, os trabalhos de Leila Hernandez - *Os filhos da terra do sol: a formação do Estado-nação em Cabo Verde* - e de Gabriel Fernandes - *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial* - são boas referências. Acerca de Moçambique, destacam-se Valdemir Zamparoni - *De escravo cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique* - e Edson Borges - *Moçambique: Cultura e Racismo no País do Índico*. Para um olhar em torno das relações internacionais África-Brasil, destacam-se as investigações de José Flávio Sombra Saraiva - *O lugar da África* -, e de Pio Penna - *Conflito e busca pela estabilidade no continente africano na década de 1990*. Acerca da África Austral ou do período colonial, encontramos alguns artigos, como o de Wolfgang Döpcke - *A vinda longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra*. Englobando temáticas gerais africanas, ou realizando grandes sínteses do continente, temos os textos clássicos de Joseph Ki-Zerbo - *História da África Negra* - de dois volumes, e do embaixador Alberto da Costa e Silva - *A enxada e a lança e A manilha e o libambo* - além da excelente obra do africano Elikia M'Bokolo - *África Negra História e Civilizações: até ao Século XVIII*.

Apesar desses avanços, ainda existe a necessidade de dinamizar os estudos da África e desvinculá-los daqueles ligados às temáticas afro-brasileiras, para percebê-los em seu próprio eixo histórico africano ou naquilo que é chamado de contexto ou Mundo Atlântico. Mesmo que o objetivo final desses estudos seja entender as relações históricas entre a África e o mundo, é preciso que os historiadores voltem suas óticas

Reflexões Finais

Acredito que, percorrida essa breve abordagem acerca da História da África, temos ainda não respondida a questão que introduz o texto - "o que sabemos sobre a África?". Talvez demore mais algum tempo para que possamos - professores e alunos - fazê-lo com desenvoltura. Porém, fica evidente que ensinar a História da África, mesmo não sendo uma tarefa tão simples, é algo imperioso, urgente. As limitações transcendem - ao mesmo tempo em que se relacionam - aos preconceitos existentes na sociedade brasileira, e se refletem, de certo modo, no descaso da Academia - com ainda um pequeno número de especialistas e pesquisas -, no despreparo de professores e na desatenção de editoras pelo tema. Por isso, não sei se aquela pergunta ainda uma tem resposta aceitável.

É obvio que muito se tem feito pela mudança desse quadro. Louve-a nesse sentido a ação de alguns núcleos de estudo e pesquisa em História da África montados no Brasil, como o Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), o Centro de Estudos Afro-Asiáticos e o Centro de Estudos Afro-Brasileiros. Enalteça-se a iniciativa legal do governo, do movimento negro e de alguns historiadores atentos à questão. Ressalte-a a ação de algumas instituições e professores que têm promovido palestras, cursos de extensão e oferecido cursos de especialização em História da África, como na Universidade Cândido Mendes, na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade de São Paulo (USP), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), entre outras. Porém,

ainda existem grandes lacunas e silêncios. A obrigatoriedade de se estudar África nas graduações, a abertura do mercado editorial - traduções e publicações - para a temática, até a maior cobrança de História da África nos vestibulares são medidas que possam aumentar o interesse pela História do continente que o Atlântico nos liga. Talvez assim, em um esforço coletivo as coisas tendam a mudar.

IncurSIONAR sobre a História da África parece ser algo tentador, motivador e necessário. Esperamos que o presente texto venha a contribuir na melhoria e continuidade de algumas iniciativas aqui abordadas, sempre objetivando a formação humana e o reconhecimento do continente que se conecta conosco pelas fronteiras Atlânticas. As histórias dos iorubás, dos haússas, dos umbundos ou kicongos deveriam estar tão próximas de nós quanto à história dos gregos e romanos. Nossa ancestralidade encontra conexões profundas com essa parte de nossa fronteira Atlântica. E, por fim, parece-me inegável que a África e os africanos nos reservam um poderoso campo de pesquisa e de entendimento acerca da trajetória da humanidade.

Referências

História da África

APPIAH, Kwame Anthony. *Na casa de meu pai*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

BIRMINGHAM, David. *A África Central até 1870*. Luanda: ENDIPU/UEE, 1992.

BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às Armas. Trajectórias da Contestação Angolana*. Lisboa: Veja, 1999.

BOAHEN, A. Adu. (org.). *História Geral da África*, vol. VII: A África sob dominação colonial, 1880-1935. São Paulo: Ática; Unesco, 1991.

BORGES, Edson. *Moçambique: Cultura e Racismo no País do Índico*. Rio de Janeiro: Academia da Latinidade, 2001.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A Enxada e a Lança. A África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992

COSTA E SILVA, Alberto da. *A manilha e o Libambo. A África e a escravidão, 1500 a 1700*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Francisco Félix de Souza, o mercador de escravos*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; EdUERJ, 2004.

COSTA E SILVA, Alberto da. *Um Rio Chamado Atlântico. A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

CUNHA, Henrique Cunha Jr. *O ensino da História Africana*. In: Historianet, www.historianet.com.br.

CURTIN, PD. Tendências recentes das pesquisas históricas africanas e

contribuição à história em geral. In: Joseph Ki-Zerbo (org.). *História Geral da África*, vol. I. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

DAVIDSON, Basil. *A Descoberta do Passado de África*. Lisboa: Sá da Costa, 1981.

DAVIDSON, Basil. *The search for África: a History in the making*. London: James Curvey, 1994.

DIFUILA, Manuel Maria. Historiografia da História de África. In: *Actas do Colóquio 'Construção e Ensino da História de África'*. Lisboa: Linopazas, 1995. p. 51-56.

DÖPCKE, Wolfgang. A vinda longa das linhas retas: cinco mitos sobre as fronteiras na África Negra. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42 (1), 1999. p. 77-109.

FAGE, J. D. A evolução da historiografia africana. In: Joseph Ki-Zerbo. *História Geral da África: metodologia e pré-História da África*, vol. I. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982. p. 43-59.

FAGE, John e OLIVER, Roland. *Breve História da África*. Lisboa: Sá da Costa, 1980.

FANON, Frantz. *Pele Negra, Máscaras Brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.

FERNANDES, Gabriel. *A diluição da África: uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial*. Florianópolis: UFSC, 2002.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro*. Rio de Janeiro: UCAM; Editora 34, 2001.

HENRIQUES, Isabel Castro. *Os pilares da diferença: relações Portugal-África, séculos XV-XIX*. Lisboa: Caleidoscópio, 2004.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

_____. *Os filhos da terra do sol*. A formação do Estado-nação em Cabo Verde. São Paulo: Summus; Selo Negro, 2002.

KAPPLER, Claude. *Monstros, demônios e encantamentos no fim da Idade Média*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KI-ZERBO, Joseph. *História Geral da África: metodologia e pré-História da África*, vol. IV. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

_____. As tarefas da história na África. In: *História da África Negra*. Lisboa: Europa América, s.d. p. 9-43.

LIMA, Mônica. A África na Sala de Aula. In: *Nossa História*, ano 1, nº 4, fevereiro de 2004. p. 84-86.

LOPES, Carlos. A Pirâmide Invertida - historiografia africana feita por africanos. In: *Actas do Colóquio Construção e Ensino da História da África*. Lisboa: Linopazas, 1995. p. 21-29.

LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África: uma história de suas*

transformações. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

M¹ BOKOLO, Elikia. *África Negra História e Civilizações. Até ao Século XVIII*. Lisboa: Vulgata, 2003.

MANNING, Patrick. *Escravidão e mudança Social na África*. Novos Estudos, CEBRAP, n° 21, julho, 1988. p. 8-29.

MATTOS, Hebe Maria. O Ensino de História e a luta contra a discriminação racial no Brasil. In: Martha Abreu e Rachel Soihet. *Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; FAPERJ, 2003. p. 127-136.

MILLER, Joseph. *Poder Político e Parentesco. Antigos estados mbundu em Angola*. Luanda: Arquivo Histórico, 1995.

MOKHTAR, G. (org.). *História Geral da África*, vol. II: A África Antiga. São Paulo: Ática; Unesco, 1983.

MUDIMBE, V. *The invention of África*. Bloomington; Indianapolis: Indiana University Press, 1988.

NIANE, D. T. (org.). *História Geral da África*, vol. IV: África entre os séculos XII e XVI. São Paulo: Ática; Unesco, 1988.

OLIVA, Anderson R. A. África, o imaginário Ocidental e os livros didáticos. In: PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (orgs.). *Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação Básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004.

OLIVA, Anderson R. A História da África nos Bancos Escolares: representações e imprecisões na literatura didática. *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, ano 25, n° 3, set./dez. 2003. p. 421-462.

OLIVA, Anderson R. *Visões da África: leituras e interpretações da Religião dos Orixás, na África Ocidental*. Brasília: UnB, Dissertação de Mestrado, 2002.

OLIVA, Anderson R. *Lições sobre a África: diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da História da África no Mundo Atlântico (1990-2005)*. Brasília: UnB, Tese de Doutorado, 2007.

OLIVER, Roland. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

PANTOJA, Selma e ROCHA, Maria José (orgs.). *Rompendo Silêncios: História da África nos currículos da educação básica*. Brasília: DP Comunicações, 2004.

PANTOJA, Selma. *Nzinga Mbandi: mulher, guerra e escravidão*. Brasília: Thesaurus, 2000.

PENNA, Pio. Conflito e busca pela estabilidade no continente africano na década de 1990. In: PANTOJA, Selma. (org.). *Entre Áfricas e Brasis*. Brasília: Paralelo 15, 2001. p. 99-118.

RAY, Benjamin C. *African Religions: symbol, ritual, and community*. New Jersey: Prentice-Hall, 2000.

RIBEIRO, Ronilda. Ação educacional na construção do novo imaginário infantil sobre a África. In: MUNANGA, Kabengele (org.). *Estratégias e políticas*

de combate à discriminação racial. São Paulo: EDUSP; Estação Ciência, 1996. p. 167-176.

SARAIVA, José Flávio Sombra. *O Lugar da África*. Brasília: EdUnB, 1996.

_____. Olhares Transatlânticos: África e Brasil no mundo contemporâneo. In: *Humanidades*, n° 47, novembro de 1999. p. 6-20.

SOUTHALL, Aidan W. The Illusion of tribe. In: GRINKER, Roy Richard e STEINER, Christopher B. *Perspectives on África: a reader in culture, history e representation*. Oxford: Blackwell Publishing, 1997.

THORNTON, John. A África e os africanos na formação do Mundo Atlântico
TRAJANO FILHO, Wilson. Uma experiência singular de criouliização. In: *Série Antropologia*, n° 343, 2003.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). *História Geral da África*, vol. I. São Paulo: Ática; Paris: Unesco, 1982.

ZAMPARONI, Valdemir. *De escravo a cozinheiro: colonialismo e racismo em Moçambique*. Salvador: Edufba, 2007.

Livros Didáticos

APOLINÁRIO, Maria Raquel (org.). *História: Ensino Fundamental, 6º ano*. Projeto Araribá. São Paulo: Moderna, 2003.

CAMPOS, Flávio de; AGUILAR, Lidia; CLARO, Regina e MIRANDA, Renan Garcia. *O jogo da História: de Corpo na América e de Alma na África*. São Paulo: Moderna, 2002.

DREGUER, Ricardo e Toledo, Eliete. *História: cotidiano e mentalidades, contato entre civilizações do século Vao XVI*. 6. ed. São Paulo: Atual, 2000.

JÚNIOR, Alfredo Boulos. *História: Sociedade e Cidadania*. 6. ed. São Paulo: FTD, 2003.

MACEDO, José Rivair e OLIVEIRA, Mariley W. *Uma história em construção*. vol. 3. São Paulo: Brasil, 1999.

MARANHÃO, Ricardo e ANTUNES, Maria Fernanda. *Trabalho e Civilização: uma história global*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1999.

MONTELLATO, Andréa, CABRINI, Conceição e CATELLI, Roberto. *História Temática: Diversidade Cultural, 6º ano*. São Paulo: Scipione, 2000.

MOZER, Sônia e TELLES, Vera. *Descobrimdo a História: Brasil Colônia, 5º ano*. São Paulo: Ática, 2002.

RODRIGUE, Joelza Ester. *História em Documento: Imagem e Texto*. 6. ed. São Paulo: FTD, 2001.

SCHMIDT, Mário. *Nova História Crítica, 6º ano*. São Paulo: Nova Geração, 2002.

DIOP, Cheik. *Nations Nègres et Culture*. Paris: Présence Africaine, 1955.

FRANCISCO, Dalmir. Ancestralidade e Política de Sedução. In: SANTOS, J. E. (org.). *Democracia e diversidade humana*. Salvador: Edições SECNEB, 1992.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Lisboa: Biblioteca Universitária, 14.

LUZ, CP. Narcimária, Pawódà: Dinâmica e Extensão... In: Luz, CP. Narcimária. *Pluralidade Cultural e Educação*. Salvador: SECNEB, 1996.

_____. Odara- os contos de Mestre Didi. In: *Revista da Faeba*. Educação e Literatura. Salvador: UNEB - Departamento de educação, Campos I, ano 7, n.9, jan-jun/1998.

_____. Descolonização e educação: Uma proposta política ... In: *Sementes - caderno de pesquisa*. Salvador: UNEB, Departamento de educação, Campos I, Vol. 1, n1/2, 2000. p. 8-12.

_____. *Abebe - A criação de novos valores na Educação*. Salvador: SECNEB, 2000.

LUZ, Marco A. O. *Agadá: dinâmica da civilização africano-brasileira*. Salvador: Centro editorial e didático da UFBA, 1995.

_____. Da porteira para dentro, da porteira para fora... In: SANTOS, J. E. (org.). *Democracia e diversidade humana*. Salvador: SECNEB, 1992. p. 57-74.

NASCIMENTO, Eliza Larkir. Introdução à História da África. In: *Educação, Africanidades, Brasil*. Brasília: Secad/UnB, 2006.

OLIVER, R. *A Experiência Africana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

SANTOS, Lea A. F. Ancestralidade e Educação. In: *Sementes - caderno de pesquisa*. Salvador: UNEB, Departamento de educação, Campus I, v.1/2, 2000.

SODRÉ, Muniz. *A verdade seduzida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.